



Passage livre, fim do voto secreto e punição a juiz têm prioridade

Marcos Oliveira/Agência Senado



Sessão de votação no Plenário do Senado: na retomada de atividades, líderes voltam a negociar em busca de acordo para aprovar projetos da pauta prioritária

Senadores retomam sessões plenárias hoje em busca de acordo para projetos da agenda definida a partir das manifestações populares em junho

Em clima de negociação, o Senado reinicia hoje as sessões plenárias para dar sequência à votação da pauta prioritária definida pelo presidente Renan Calheiros e lideranças partidárias em junho. Entre os projetos em pauta, estão o passe livre para estudantes, o fim do voto secreto e punições mais severas a magistrados. **3**

Votações no primeiro semestre atenderam agenda da sociedade **4 e 5**

Frente parlamentar defende novos tribunais **2**

Veto a fim de multa adicional do FGTS poderá ser rejeitado **7**

Acordo deve permitir votação da reforma do ICMS **8**

Termina amanhã pesquisa on-line do Senado sobre protestos **2**

Zeca Ribeiro/CD



Presidente da CMO, Lobão Filho (E) espera votar as diretrizes antes da chegada do Orçamento 2014, em 31 de agosto

Lobão Filho teme que vetos atrasem mais a LDO

Presidente da Comissão Mista de Orçamento anunciou esforço adicional para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta primeira quinzena, evitando novo atraso em função de obstrução da pauta do Congresso com as novas regras para análise de vetos. **6**

Emendas à MP do Mais Médicos já passam de 560

Só os senadores apresentaram mais de 200 emendas. A medida provisória será examinada por uma comissão mista a ser instalada no dia **7**.

Profissionais da saúde fizeram protestos contra o programa e pediram a derrubada da MP



Walter Campanelli/ABR

Liminar do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, suspendeu efeitos da Emenda Constitucional 73, promulgada em junho, que previa a criação dos tribunais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões

Parlamentares farão ato em defesa de tribunais federais

ATO PÚBLICO EM defesa da criação de quatro tribunais regionais federais está marcado para hoje no Senado. Os novos TRFs das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões (com sedes em Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e Manaus) estão previstos na Emenda Constitucional 73, promulgada em junho, mas recente decisão liminar do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, suspendeu seus efeitos.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5017, que levou à concessão da liminar, foi movida pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf). Joaquim Barbosa acolheu alegação de vício de iniciativa, em que a proposta de criação de TRFs só caberia aos tribunais superiores e não ao Legislativo.

O ato será realizado pela frente parlamentar mista de criação dos quatro TRFs.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Souza (E) não vê erro formal ou vício de iniciativa, conforme apontou Barbosa

Segundo Sérgio Souza (PMDB-PR), coordenador da frente no Senado, audiências públicas demonstraram a constitucionalidade da proposta, a real situação dos custos para a implantação dos tribunais e a regular tramitação da matéria, descaracterizando a existência de erro formal ou vício na iniciativa.

— O que pretendemos nesta audiência é mostrar ao Brasil que seu povo merece justiça mais eficiente, em especial aqueles que mais precisam dela para garantir o direito a sua aposentadoria — afirmou.

Foram convidados governadores, prefeitos de capitais, associações de magistrados e de advogados e parlamentares.

Sarney tem alta e segue para consulta em São Paulo

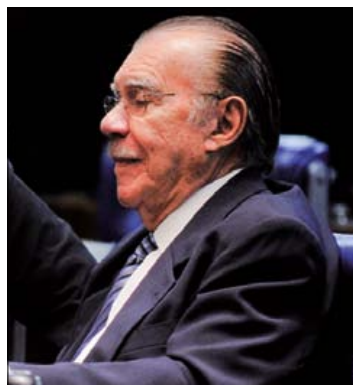
O senador José Sarney (PMDB-AP) foi na tarde de ontem para São Paulo, onde deverá ter consulta com o infectologista David Uip.

Já restabelecido, ele recebeu alta médica e deixou o UDI Hospital, em São Luís (MA), por volta das 7h. O senador foi internado no domingo, com quadro de infecção respiratória.

Após deixar o hospital,

Sarney passou em sua residência na capital maranhense para concluir preparativos para a viagem, de acordo com informações de sua assessoria. A família havia decidido que, após a alta, o senador teria consulta com David Uip, de quem já é paciente.

O senador está em São Paulo acompanhado da esposa, dona Marly, e do deputado federal Sarney Filho (PV-MA).



Sarney foi internado no domingo em São Luís e ontem deixou o hospital

Inscrições para concurso acabam no dia 23

As inscrições para o Concurso de Redação do Senado, este ano com o tema “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”, estão abertas até 23 de agosto, data final para envio da redação selecionada pela escola à secretaria estadual de Educação.

Cada secretaria estadual de Educação selecionará a melhor redação entre as enviadas pelas escolas e a remeterá ao Senado, que classificará os finalistas. O resultado será divulgado no dia 8 de outubro.

Os autores das 27 melhores redações — um por unidade da Federação — serão automaticamente selecionados para participar do Projeto Jovem Senador em Brasília, onde poderão vivenciar o processo de discussão e elaboração de leis, simulando a atuação dos senadores da República.

A legislatura dura três dias

e se inicia com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Os trabalhos são encerrados com a aprovação dos projetos na ordem do dia e a consequente publicação no *Diário do Senado Federal*.

Podem participar do concurso de redação e do Projeto Jovem Senador alunos de até 19 anos do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal.

De 2008 a 2010, houve apenas o concurso de redação. A partir de 2011, os 27 finalistas passaram a exercer o mandato em Brasília.

Sugestão

Além de proporcionar a vivência do cotidiano dos parlamentares, o programa permite uma efetiva atuação no processo de elaboração de leis. Os jovens senadores podem apresentar sugestões de

projetos para melhorar o país.

Uma dessas sugestões, apresentada pelo jovem senador Wagner Ramon Ferreira, em 2012, foi acolhida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, sendo transformada no Projeto de Lei do Senado 439/2012. A proposta, que tramita em conjunto com o PLS 259/2007, proíbe o uso de sacolas plásticas no comércio e será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O Projeto Jovem Senador é uma iniciativa da Coordenação de Relações Públicas e da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, em parceria com o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação. O regulamento está acessível em www.senado.leg.br/jovensenador.



Pedro Franco/Agência Senado

Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa (C) espera a sanção do projeto

Vanessa defende sanção de apoio a vítimas de violência sexual

A presidente Dilma Rousseff tem até hoje para sancionar ou vetar parte do projeto de lei encaminhado pelo Congresso Nacional que dispõe sobre o atendimento integral obrigatório às vítimas de violência sexual. A matéria tramitou desde 1999 e motivou discussões acaloradas — entre a bancada feminista e grupos religiosos — de temas como o direito de usar o método contraceptivo de emergência (a pílula do dia seguinte). “As discussões foram amplas e democráticas no período que tramitou entre Senado e Câmara. O projeto, como seguiu para sanção, é a representação da voz feminina”, afirmou a

Procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto foi enviado para sanção em 4 de julho. Grupos feministas enviaram uma carta à presidente Dilma com dados de uma pesquisa realizada pelo Grupo Católicas pelo Direito de Decidir, em que 96% dos brasileiros não têm informação sobre a que serviço público recorrer em caso de violência sexual.

Por outro lado, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Marco Feliciano (PSC-SP), encaminhou ofício a Dilma pedindo o veto, alegando que o texto é uma manobra para ampliar as previsões legais do aborto.

Termina amanhã pesquisa on-line sobre manifestações nas ruas

A primeira pesquisa on-line do DataSenado sobre os motivos das manifestações nas ruas nos últimos dois meses e as medidas aprovadas pelo Congresso (<http://bit.ly/pesquisaruas>) pode ser respondida até amanhã. Pesquisas on-line vêm sendo adotadas por diversos institutos do setor, como o americano Gallup e os principais institutos brasileiros. Entre suas vantagens, está a inexistência de custos na coleta de dados.

O DataSenado lembra que, como as manifestações de rua

foram organizadas e divulgadas por meio de redes sociais, a opinião dos internautas ganha relevância. A pesquisa também busca saber como a sociedade avalia o desempenho da polícia e o comportamento dos manifestantes.

O delineamento amostral utilizado na pesquisa não é probabilístico. A consulta on-line pressupõe que cada participante indique vários outros, criando um efeito análogo ao da bola de neve, o que justifica o nome da amostragem em inglês (*snowball sampling*).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Passe livre

14h Entre os itens em votação na pauta da ordem do dia, está projeto que institui o Programa Passe Livre para estudantes em todo o país.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso retoma votações da pauta prioritária

Entre as propostas a serem analisadas, estão o passe livre para estudantes, o fim do voto secreto e punições mais duras para magistrados e membros do Ministério Público

AS SESSÕES PLENÁRIAS serão retomadas hoje em clima de negociação. Os senadores precisam acertar os detalhes para votação de projetos da pauta prioritária, definida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e lideranças partidárias em junho, e da pauta de interesse do governo.

Reuniões de lideranças estão previstas para a próxima semana. Um dos primeiros itens a serem discutidos será o passe livre para estudantes de todos os níveis (PLS 248/2013), proposto por Renan. O projeto determina que sejam utilizados recursos dos royalties de petróleo e gás relativos a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012.

Inicialmente distribuído à Comissão de Educação e Cultura (CE), o texto foi enviado ao Plenário e incluído na pauta prioritária em razão



Passe livre para estudantes está entre os projetos que terão prioridade no Senado com a retomada das atividades

das manifestações populares de junho. Não foi votado ainda porque o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pediu prazo maior para avaliar as fontes de financiamento do benefício.

Aguarda inclusão na pauta a PEC 20/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o

voto secreto em indicações de autoridades, cassação de mandatos e vetos. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Também estão em análise a PEC 53/2011, que exclui a aposentadoria compulsória como punição disciplinar

máxima para juízes, e a PEC 75/2011, que prevê demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade a promotores e procuradores de Justiça, por meio de decisão do Conselho Nacional do Ministério Público. As duas propostas são de Humberto Costa (PT-PE).

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), apresentou substitutivo condicionando a perda do cargo a decisão judicial transitada em julgado. Também propõe que magistrado ou membro do MP acusado de crime hediondo ou corrupção seja colocado em disponibilidade.

Os senadores deverão votar ainda a proposta do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), com 10 diretrizes e 20 metas para todos os níveis de ensino num prazo de 10 anos. De acordo com o texto atual, o volume de recursos da União no setor deve aumentar gradativamente no período, até alcançar 10% do PIB.

Além da pauta definida pela agenda social, está entre as prioridades, segundo o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), encontrar alternativas para o financiamento da saúde pública.

Emendas do Senado à MP do Mais Médicos passam de 200

Os senadores apresentaram mais de 200 emendas à Medida Provisória (MP) 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos, com propostas como a contratação de médicos estrangeiros para atuar na atenção básica à saúde no interior e serviço obrigatório de dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) para estudantes de medicina. No total, contadas as emendas de deputados, a matéria recebeu 567 propostas de mudanças.

A MP do Mais Médicos será examinada por uma comissão mista do Congresso a ser instalada no dia 7. Depois, seguirá para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Entre os principais temas das emendas está a eliminação do segundo ciclo de dois anos de

serviço obrigatório no Sistema Único de Saúde (SUS) para os estudantes de medicina. A exigência, que aumentaria o tempo do curso de seis para oito anos, é classificada como "trabalho forçado" por entidades médicas.

Outras alterações importantes sugeridas por senadores incluem a obrigatoriedade da revalidação de diplomas para médicos formados no exterior; a necessidade de aprovação em exame de proficiência em língua portuguesa; a responsabilidade solidária de tutores e supervisores pelos atos dos médicos intercambistas; e a garantia de direitos trabalhistas para os médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior que vierem

a atuar por meio do programa.

Mesmo pertencendo à base governista, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentou 15 propostas de mudanças no texto, em questões como a revalidação de diplomas para médicos formados no exterior.

Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar a MP em Plenário, classificou como "desatino" a decisão do governo de equacionar o problema da saúde através desse tipo de proposição legislativa. Uma das emendas do senador elimina a autorização de custeio de despesas com deslocamento de médicos e seus familiares.

Alteração proposta pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) exige processo licitatório para pagamento de

bolsas a médicos contratados no programa.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) demonstrou preocupação com a viabilização do programa. Emenda de sua

autoria determina a fixação de um valor mínimo a ser repassado pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações de atenção básica à saúde previstas na medida provisória.



Médicos pedem a derrubada da MP e 10% da receita da União para a saúde

Projeto determina piso e jornada mínima de profissionais de saúde

Em meio ao debate sobre a necessidade de mais médicos na saúde pública, aguarda votação no Plenário do Senado projeto que determina piso salarial e jornada mínima de trabalho para médicos e cirurgiões-dentistas. O PLS 140/2009 fixa para essas categorias piso salarial de R\$ 7 mil e jornada mínima de quatro horas diárias e 20 horas semanais.

O projeto, do ex-senador Gilvam Borges, estabelece indexador para correção do salário baseado na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC). As mudanças são feitas na Lei 3.999/1961, que trata do salário mínimo para médicos e que previa jornada de trabalho de, no mínimo, duas horas diárias.

Ao apresentar a proposta, Borges defendeu que o piso de R\$ 7 mil seria "o mínimo tolerável para o resgate da dignidade profissional" de médicos e dentistas. Os senadores reconheceram que a remuneração desses profissionais pode ser maior do que esse valor, principalmente no interior do país, onde a presença deles é mais rara e as condições de trabalho, pouco atraentes.

Já o aumento na jornada mínima de trabalho contribuiria para solucionar problemas de deslocamento desses profissionais de um posto de trabalho para outro, pois muitos procedimentos médicos e odontológicos podem exigir tempo maior do que duas horas, entre os preparativos e o término da intervenção.

Auxílio-doença: texto visa impedir suspensão do benefício antes de nova perícia médica

Aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário projeto que obriga o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a realizar perícia médica antes de suspender o pagamento de auxílio-doença concedido a segurado sob licença para tratamento de saúde.

De Paulo Paim (PT-RS), o PLS 89/2010 foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa e seria encaminhado para a Câmara dos Deputados, mas recebeu recurso e agora precisa passar pelo Plenário.

O texto da proposta impede o INSS de continuar aplicando a chamada alta programada, pela qual o próprio órgão fixa o prazo em que o segurado deve retornar ao trabalho. Para isso, leva em conta o tempo que considera suficiente para a recuperação, a partir de prognóstico da perícia médica

anterior. De acordo com Paim, essa conduta muitas vezes leva ao cancelamento do benefício quando o segurado ainda não se recuperou plenamente. Na justificativa do projeto, o senador argumenta que os mais prejudicados são os que se encontram em situação de maior risco social: os mais pobres e com nível de instrução menor.

O relator na CAS, Eduardo Amorim (PSC-SE), defendeu o projeto, considerando que as normas do auxílio-doença são excessivamente rígidas. Pelas atuais regras, se o segurado considerar que precisa de mais tempo para se recuperar, cabe a ele a iniciativa de solicitar nova perícia médica para sustentar a prorrogação. Como se veem prejudicados, muitos estão recorrendo à Justiça em busca de amparo para ampliar as licenças, argumentou Amorim.

Agenda social foi destaque nas votações do primeiro semestre na Casa

Foram votadas propostas sobre temas de grande apelo social, como a PEC das Domésticas, o Estatuto da Juventude e a determinação da reconstrução imediata da mama retirada por câncer

O PRIMEIRO SEMESTRE de 2013 foi marcado pela mobilização popular. As principais demandas da sociedade foram logo integradas à agenda do Senado, que estabeleceu uma pauta prioritária, em iniciativa conjunta do presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários.

No entanto, antes ainda do esforço concentrado dos parlamentares em resposta às ruas, temas de grande apelo social já vinham sendo discutidos pelos senadores. Foi o caso da PEC das Domésticas (PEC 66/2012), por fim promulgada como a Emenda Constitucional 72, e do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011).

A Emenda Constitucional 72, cuja regulamentação foi aprovada em julho pelo Senado (PLS 224/2013 — Complementar), garantiu aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores, como o seguro-desemprego, indenização por demissão sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho.

— Os direitos trabalhistas serão, a partir de agora,



Senadores levantam as mãos durante votação de projeto: no primeiro semestre de 2013 foram aprovadas medidas como a que estendeu direitos trabalhistas a empregados domésticos e as novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados

de todos, não mais de alguns somente. É o enterro de mais um preconceito, de mais uma intolerável discriminação — disse Renan.

Já o Estatuto da Juventude estabelece direitos e políticas públicas voltadas para pessoas de 15 a 29 anos. O texto assegura a concessão de meia-passageira em ônibus interestaduais e meia-entrada (limitada a 40% dos ingressos disponíveis) em eventos culturais e esportivos para jovens de baixa renda.

Em março, uma conquista para as mulheres vítimas de câncer de mama: foi

aprovado o projeto de lei da Câmara que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer cirurgia plástica reparadora imediatamente após a retirada da mama (PLC 3/2012).

Estados

Também no primeiro semestre assuntos polêmicos movimentaram o Plenário e suscitaram extenso debate — caso da nova regra de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que também ecoou na discussão sobre o pacto federativo e lançou luz sobre a proposta da reforma política.

Em junho, o Senado

aprovou as novas regras de rateio do fundo, previstas no PLS 240/2013 — Complementar. Proposta semelhante já havia sido aprovada em Plenário, mas acabou rejeitada na Câmara.

Os parlamentares concluíram a votação final dentro do novo prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso aprovasse uma lei complementar instituindo critérios de divisão que refletisse a atual realidade socioeconômica dos estados da Federação. Com interesses conflitantes entre as regiões, os senadores buscaram um

período de transição em relação às regras atuais.

A partir de 2016, os estados terão garantido um repasse mínimo, equivalente ao valor recebido em 2015, mas corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 75% da variação real do produto interno bruto (PIB) no período. O excedente será distribuído segundo a população e o inverso da renda per capita.

Na semana passada, a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou o novo rateio, mas vetou o item que tratava das

desonerações tributárias concedidas pelo governo federal. O texto aprovado pelo Congresso determinava que as desonerações incidissem apenas sobre os recursos destinados à União, sem afetar os repasses para os estados. As novas regras entram em vigor em outubro.

Profissões

O semestre também foi voltado às reivindicações de diversas categorias profissionais. Depois de longa tramitação no Congresso, foi aprovada a regulamentação da atividade médica, restringindo a esses profissionais de saúde a

prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. O projeto do Ato Médico (PLS 268/2002), que tramitou por mais de 11 anos e foi tema de 27 audiências públicas, acabou parcialmente vetado pela presidente Dilma Rousseff. Uma comissão mista já foi designada para analisar o veto a partir deste mês.

Já para os comerciantes, foi aprovada em fevereiro nova legislação (PLS 115/2007), que estabeleceu a jornada de 8 horas diárias ou 44 horas semanais de trabalho, com alterações restritas a contagem ou acordo coletivo. No mês seguinte o

Plenário aprovou projeto que estabelece jornada máxima de 30 horas semanais para os fonoaudiólogos, sem redução de salário (PLC 119/2010).

E, finalmente, em maio foi aprovado projeto de lei que regulamenta as atribuições e garante maior autonomia aos delegados na condução de inquéritos policiais (PLC 132/2012).

Os senadores também aprovaram o direito de sucessão dos herdeiros de taxistas, inserido no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/2013. Vetado pela presidente da República, o texto será analisado novamente pelo Congresso.

Também logo no início do semestre, uma alteração no Regimento Interno da Casa estabeleceu o comparecimento anual obrigatório de dirigentes das agências reguladoras para prestação de contas.

O procedimento foi iniciado em maio com a convocação de diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A Resolução 4/2013 determina que as informações sejam prestadas em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tribunais

Propostas de criação de novos tribunais regionais federais também movimentaram o Senado e renderam algumas divergências entre o Congresso e o STF. Enquanto o Plenário discutia propostas de emenda à Constituição criando tribunais específicos, a Câmara aprovou matéria apresentada inicialmente no Senado em 2001, criando quatro TRFs, em Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e Manaus (PEC 29/2001).

A proposta foi promulgada como Emenda Constitucional 73, mas recente decisão liminar do ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, suspendeu os efeitos da emenda, acolhendo alegação de vício de iniciativa, uma vez que a criação de tribunais só poderia ser proposta por tribunais superiores e não pelo Legislativo.



Comissão de Assuntos Sociais apreciou propostas para regulamentar profissões e a do Estatuto da Juventude

CAS já avaliou 68 projetos neste ano

Ao longo de mais de 30 reuniões, entre sessões deliberativas e audiências públicas, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deliberaram no primeiro semestre sobre 68 projetos de lei e 40 requerimentos. A comissão também realizou sabinas com indicados para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e debates em busca de soluções para os problemas da saúde no país.

Entre os temas discutidos pela comissão, que tem Waldemir Moka (PMDB-MS) como presidente, estão o Estatuto da Juventude, a aposentadoria especial para garis e propostas de regulamentação de profissões.

A votação do projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), que estabelece direitos para pessoas de 15 a 29 anos, foi acompanhada por lideranças juvenis de quase

todos os partidos e artistas. Aprovada pelo Plenário do Senado, com emendas, a proposta voltou para a Câmara dos Deputados.

Outro projeto aprovado pela CAS foi o PLS 67/2011, de Paulo Paim (PT-RS), que torna obrigatória, na produção de textos em braile, a presença de profissionais autorizados para a função. Eles deverão ter completado o ensino médio e possuir habilitação reconhecida pelo Ministério da Educação ou entidades representativas de deficientes visuais.

A autorização estende-se ainda aqueles que tenham exercido a atividade por pelo menos três anos antes da promulgação da lei.

A CAS também aprovou nova versão para projeto que trata da habilitação de quem exerce a profissão de motorista de veículo de emergência. Pelo PLC 105/2012, o trabalhador deve portar carteira de habilitação de acordo com

a dimensão do veículo: B para os de pequeno porte e D para os maiores. Também deve ter experiência mínima de dois anos na categoria habilitada.

Ainda na área trabalhista, foi aprovado projeto que garante aposentadoria especial para garis (PLS 155/2010 — Complementar), com garantia do direito ao adicional de insalubridade equivalente a 40% da remuneração aos trabalhadores que fazem coleta de lixo, seleção de material para reciclagem e varrição de ruas.

Entre assuntos de audiências estiveram o financiamento público do setor de saúde, a sustentabilidade dos planos de saúde, o investimento nos municípios para combate às drogas e políticas públicas para a saúde do homem. As audiências contaram com a participação de especialistas, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e de secretários de Saúde dos estados.

Maior participação popular integrou a pauta da CCJ

No primeiro semestre, os senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) discutiram e aprovaram 188 propostas, incluindo emendas à Constituição, indicações de autoridades e projetos da Câmara e do Senado.

Foram temas como a criação de novos tribunais regionais federais, mais autonomia a delegados na investigação de crimes, direitos dos trabalhadores domésticos, novas regras na cobrança de direitos autorais e fim do voto secreto no Congresso, além de propostas para ampliar a participação popular na elaboração de leis.

Em nove audiências públicas, foram debatidos assuntos como a redução da maioridade penal. A CCJ também fez 29 sabinas com indicados para ocupar cargos públicos. Um dos sabinados foi o ministro Luís Roberto Barroso, que substituiu o ministro Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), já definiu temas prioritários para o segundo semestre: — A questão da maioridade penal e a PEC dos Recursos, que diminui as demandas no Poder Judiciário para permitir soluções mais rápidas — afirmou.

Comissão de Direitos Humanos aprovou 65 propostas e fez 23 audiências

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou, na primeira metade do ano legislativo, 35 reuniões, entre audiências públicas e reuniões deliberativas, segundo balanço apresentado pela presidente do colegiado, senadora Ana Rita (PT-ES).

Ao todo, a comissão aprovou 65 proposições, entre as quais 14 projetos de lei do Senado (PLSs). Nessa lista está o PLS 23/2013, do senador Paulo Paim (PT-RS), que transfere para o período do estágio probatório a avaliação da aptidão da

pessoa com deficiência aprovada em concurso público.

Pelo texto, o servidor com deficiência só será

exonerado quando comprovada a total incompatibilidade com a função ou a inviabilidade de seu aproveitamento em qualquer

outra atividade no âmbito de seu cargo.

Outro projeto, o PLS 452/2012, da senadora Ana Amélia (PP-RS), estabelece

isenção de pagamento de pedágio em rodovias em favor das pessoas com deficiência, condicionando a isenção ao princípio da

preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

No total, foram 23 audiências no período, entre debates para instruir proposições legislativas ou para aprofundamento em assuntos de alta relevância para o país, como esclareceu Ana Rita. Entre os temas, ela destacou os direitos das mulheres, conflitos agrários, situação dos povos indígenas, trabalho escravo, adoção de crianças, casamento civil igualitário, regulamentação da PEC das Domésticas e assédio moral no serviço público federal.



Ana Rita e Paulo Paim (2º à dir.) durante audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos no primeiro semestre



Presidente da CMO, Lobão Filho (C) lembra que LDO precisa ser votada na comissão antes de ir ao Plenário

Votação de vetos ameaça LDO, alerta Lobão Filho

Presidente da Comissão Mista de Orçamento anuncia “esforço adicional” para que Lei de Diretrizes Orçamentárias seja aprovada antes que vetos com prazo vencido obstruam a pauta do Congresso

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), Lobão Filho (PMDB-MA), alertou para o risco de a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as linhas gerais dos gastos para 2014, sofrer atraso ainda maior caso não seja aprovada até a primeira quinzena de agosto. Isso porque o Congresso poderá ter a pauta obstruída por vetos presidenciais, que agora têm prazo de 30 dias para serem analisados.

Para evitar o problema, o senador anunciou um “esforço adicional” nesta semana para um acordo sobre a votação da LDO. Ele lembra que, antes de ir à votação no Plenário do Congresso, o texto precisa ser aprovado na comissão, que se reúne terça-feira.

Relator da LDO, o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) acredita que a matéria será votada antes que um veto presidencial tranque a pauta. Para Danilo, “a conjuntura política não permite que o contrário aconteça”.

— Depois de lutar tanto para ter autonomia sobre o processo legislativo dos vetos, o Congresso não pode esnobar essa conquista e, ao mesmo tempo, punir uma votação tão importante — afirma.

Entre os vetos a serem analisados estão alguns polêmicos, como os relativos ao projeto do Ato Médico. Danilo Forte, porém, não acredita que haja controvérsia a ponto de levar a uma paralisação nas votações.

O deputado reitera que o relatório preliminar da LDO está

pronto desde o início de julho e já poderia ter sido votado.

Para Lobão Filho, o Congresso “está meio rebelde em relação ao governo”, com desentendimentos inclusive dentro da base governista.

— O Executivo precisa estreitar sua relação com o Legislativo para que a coisa flua — declarou.

Ele e Danilo Forte alertam ainda para o risco de o atraso na votação da LDO prejudicar a tramitação da Lei Orçamentária Anual para 2014, que deve ser enviada pelo governo ao Congresso até 31 de agosto.

— Corre-se o risco de o governo enviar o Orçamento e, posteriormente, ter de reformar o texto para readaptá-lo ao regramento da LDO — advertiu Lobão.

Relator quer reduzir prazo para emendas

O prazo para apresentação de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na CMO poderá ser de apenas três dias. A informação é do relator da proposta, deputado Danilo Forte, que está preocupado com a aprovação do texto antes de 31 de agosto, quando o governo enviará ao Congresso a proposta orçamentária de 2014.

— Estávamos pensando em dar dez dias [para as emen-

das], agora vamos diminuir para três dias — afirmou.

A LDO, que orienta a elaboração do Orçamento da União, deveria ter sido aprovada até 17 de julho, mas não houve acordo.

A CMO também não aprovou o relatório preliminar, etapa necessária para a apresentação de emendas. Somente após essas etapas, a comissão vota o relatório final, que em seguida deve ser aprovado em

sessão do Congresso Nacional para virar lei.

A previsão é de que o relatório preliminar seja votado no dia 6 de agosto. Depois de aprovado o relatório preliminar, Danilo Forte espera que a votação seja concluída até a terceira semana de agosto.

O pouco tempo para a apresentação das emendas pode ser questionado pelos parlamentares e pelas bancadas estaduais.

Comissão pede ao Tesouro informações sobre dívidas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) solicitou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) uma série de informações sobre as dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O titular da STN, Arno Augustin, deverá prestar esclarecimentos sobre “o pior superávit primário desde 1999”, segundo o autor do convite, senador Ivo Cassol (PP-RO).

A CAE decidiu também alterar o rito de análise de autorizações para empréstimos. A partir de agora, os pedidos serão lidos numa sessão e votados na seguinte. Será uma forma de assegurar aos senadores maior conhecimento sobre as condições dos entes federados que pleiteiam os empréstimos.

Em geral, a análise dos pedidos é acompanhada por um representante da STN, mas, na reunião de 9 de julho, as explicações não satisfizeram a todos os senadores e houve uma série de questionamentos sobre alguns pedidos.

Alguns parlamentares avaliaram que há mais liberalidade hoje do que no passado nos pareceres da STN, e a polêmica acabou gerando um pedido de informações ao Tesouro Nacional e a decisão do presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), de instituir um novo rito para matérias desse tipo.

O pedido de informações abrange o saldo da dívida consolidada, da autorizada, da contratada e por liberar, entre outros tópicos.

Execução de emenda ao Orçamento pode ser obrigatória

Encontra-se pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição que faz quatro mudanças na forma como se elabora o Orçamento da União. A existência dos Parlamentos está estreitamente ligada à votação da lei orçamentária.

Se aprovada a iniciativa (PEC 17/2011), será obrigatória a execução da proposta orçamentária oriunda do Parlamento; as dotações decorrentes de emendas parlamentares serão identificadas na lei orçamentária; serão vedados o cancelamento ou o contingenciamento dessas dotações; e a não execução delas torna-se crime de responsabilidade.

Autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS) argumenta que, ao votar matéria orçamentária, o Congresso não está restrito apenas à questão legislativa, mas exerce relevante papel “em decisões políticas do mais alto interesse para o país”.

A senadora diz que, não existindo garantia de que as dotações de emendas do Legislativo serão executadas,

o exercício das prerrogativas parlamentares fica ainda mais prejudicado.

Para ela, o poder unilateral do Executivo de decidir o que executar ou não enseja uma disfunção na relação entre os dois Poderes, que é o uso da liberação de recursos de emendas como instrumento de barganha política.

Relator da matéria, Eduardo Amorim (PSC-SE) é favorável ao texto e observa que a Constituição de 1988 restabeleceu as prerrogativas dos parlamentares de influírem nos orçamentos públicos. Se aprovado, o projeto será votado em dois turnos em Plenário antes de seguir para a Câmara.



Ana Amélia: sem garantia, emenda vira instrumento de barganha

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

PEC prevê rejeição de veto não analisado no prazo

Proposta de Jarbas Vasconcelos aguarda inclusão na pauta da CCJ e conta com voto favorável do relator, Armando Monteiro. Propõe também ampliação do prazo de votação, de 30 para 90 dias

AGUARDA INCLUSÃO NA pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta que muda a sistemática de votação dos vetos presidenciais. A PEC 16/2013 prevê que os vetos sejam considerados rejeitados caso o Congresso não cumpra o prazo para sua votação. O prazo em vigor também é alterado pela proposta, sendo ampliado de 30 para 90 dias.

O autor, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), argumenta que a avaliação dos vetos “constitui aspecto significativo no sistema constitucional brasileiro, no que respeita um dos pilares mais destacados da democracia representativa: o sistema de freios e contrapesos entre os Três Poderes”.

A PEC tem voto favorável de Armando Monteiro (PTB-PE). O relator propôs texto alternativo, retirando da proposta original a previsão de votação de veto por meio do painel eletrônico. Em sua opinião, constitucionalizar o procedimento de votação dificultaria mudanças necessárias em caso de superação tecnológica, por exemplo.

Atribuição

Em seu relatório, Armando repete a justificativa de Jarbas Vasconcelos, para quem o Congresso, por ter como atribuição primária a elaboração das leis, merece ter em seu benefício qualquer decisão de aprovação ou rejeição de matéria por decurso de prazo.

A PEC 16/2013 foi apresentada em março deste ano, depois de o Congresso derrubar os 142 vetos apostos pelo Executivo federal ao projeto que tratou da redistribuição dos royalties do petróleo. A polêmica teve início em 2012, quando motivou a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) na questão. A Corte, por meio de liminar assinada pelo ministro Luiz Fux, impediu que esses vetos “furassem a fila” e fossem analisados antes de mais de 3 mil outros já acumulados, como pretendia requerimento de urgência aprovado anteriormente pelos parlamentares. A liminar foi posteriormente derrubada pelo Plenário do STF.



Sessão do Congresso analisou o veto ao projeto que instituiu nova regra para distribuição dos royalties do petróleo

Regras garantem “palavra final” do Congresso

Embora a própria Constituição determinasse o prazo máximo de 30 dias para a análise dos vetos, sob pena de impedir novas votações no Plenário do Congresso, isso não vinha sendo cumprido, e chegou a levar ao acúmulo de cerca 3 mil vetos não analisados. Em 11 de julho foi aprovado o Projeto de Resolução 2/2013 do Congresso, que resultou na Resolução 1/2013, estabelecendo novas regras para votação de vetos presidenciais.

O texto reafirma a previsão de 30 dias para a análise, sob pena de impedir novas votações no Plenário do Congresso.

As novas regras têm como consequência reservar ao Congresso a palavra final na elaboração das leis.

Desde 1º de julho a resolução estabelece prazo de 72

horas, após o recebimento do veto, para que o presidente do Congresso designe comissão mista de três deputados e três senadores para analisar a matéria. A comissão tem 20 dias para apresentar o relatório sobre o veto. Com ou sem relatório, o veto passa a bloquear a pauta do Congresso após 30 dias. O texto determina ainda a realização de sessões do Congresso para análise de vetos na terceira-feira de cada mês. Se não ocorrer a sessão, nova convocação terá que ser feita para a terça-feira seguinte.

Ato médico

O primeiro a ser examinado pelas novas regras é o veto parcial (VET 24/2013) ao PLS 268/2002, que disciplina o exercício da medicina e define as atividades

exclusivas de médicos (o Ato Médico). Foram vetados 10 itens. O veto passa a trancar a pauta do Congresso a partir de 11 de agosto.

Uma semana antes de aprovar as novas regras, o Congresso arquivou 1.478 vetos, que haviam sido considerados prejudicados por se referirem a orçamentos já executados ou a leis já revogadas. Os 1.700 vetos restantes não serão submetidos à metodologia de análise. A votação deles ficará sujeita ao entendimento entre os partidos. Nesse rol há temas polêmicos, como a Lei dos Portos, o Código Florestal e o Fator Previdenciário.

Na tramitação legislativa, o conjunto de vetos a cada lei recebe uma única numeração, independentemente do número de itens cortados, sejam eles artigos, parágrafos ou incisos.

Senadores querem manter fim de multa adicional de 10% do FGTS

Os senadores Armando Monteiro (PTB-PE) e Paulo Paim (PT-RS) acreditam que o Congresso vai derrubar o veto integral da presidente Dilma ao projeto que extinguiria a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão sem justa causa (PLS 198/2007 — Complementar). Segundo o governo, o fim da multa causaria perda de R\$ 3 bilhões por ano no FGTS.

Armando lembra que a multa de 10% foi criada para compensar temporariamente perdas causadas por planos econômicos. Para ele, o objetivo já foi cumprido e a extinção da contribuição não vai resultar em prejuízos para os trabalhadores.

— Não há qualquer prejuízo para o trabalhador brasileiro, pois essa contribuição adicional vai para o governo. Não tem sentido algum que se pretenda agora incorporar essa receita, de caráter transitório, como sendo permanente — diz o senador.

Paulo Paim destaca que, com a nova sistemática de apreciação de vetos no prazo de 30 dias, a decisão da presidente Dilma deve ser revista ainda em agosto.

— Como foi por ampla maioria que aprovamos o projeto, significa que a tendência do Congresso é também derrubar o veto — prevê.

Os recursos provenientes da multa adicional de 10% são destinados ao Fundo de Investimento do FGTS, que banca programas como o Minha Casa, Minha Vida e ações na área de infraestrutura, em especial de saneamento básico.

Sob a alegação de prejuízos ao FGTS, a presidente Dilma Rousseff vetou o PLS 198/2007. Aprovado pelo Senado em agosto do ano passado, o texto foi confirmado pela Câmara no dia 3 de julho e encaminhado

ao Executivo. O veto (VET 27/2013) será examinado pelos parlamentares conforme as novas regras de apreciação definidas pelo Congresso Nacional no dia 11 de julho.

A contribuição de 10%, acrescentada em 2001 à multa de 40% do FGTS devida ao empregado na demissão sem justa causa, é paga pelas empresas à União para equilibrar a correção dos saldos das contas individuais do FGTS, decorrente dos Planos Verão e Collor, e o patrimônio do fundo.

Senadores acreditam não haver dificuldade para derrubar o veto presidencial

Gim considera erro veto à sucessão em serviço de táxi

O veto da presidente Dilma Rousseff a dispositivo da Lei 12.844/2013 que permitia a transferência por herança da autorização para exploração de serviço de táxi foi considerado um erro por Gim (PTB-DF). Incluído na MP 610/2013, o direito já havia sido previsto no PLS 253/2009, também aprovado e igualmente vetado.

— Foi aprovada por unanimidade a medida provisória no quesito dos taxistas. E novamente é vetada. Vou

trabalhar para derrubar — anunciou.

A justificativa foi a mesma apresentada anteriormente: a matéria seria de competência municipal e não poderia ser regulada por lei federal.

Gim diz que a mobilização começa já na primeira sessão do Congresso, em 20 de agosto, quando ele vai pedir a votação do veto.

— Vou falar com todos os partidos para que a gente possa fazer justiça.

(Da Rádio Senado)



Táxis nas ruas de Curitiba: Gim quer derrubar veto ao direito de herança

Um dos responsáveis pela negociação da reforma, Cláudio Trinchão diz que pontos de discordância já foram mapeados e agora devem ser negociados entre os estados

Reforma do ICMS deve voltar à pauta do Senado

A REFORMA DO ICMS — com a unificação gradual das alíquotas interestaduais nas vendas de produtos e serviços — poderá voltar à pauta do Senado neste segundo semestre, dependendo de um acordo entre os estados, que está sendo negociado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Ministério da Fazenda. Uma proposta de mudança (PRS 1/2013) foi aprovada no início de maio pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto de resolução, porém, depende de acordo para ser votado no Plenário.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que a reforma aprovada pela comissão “não estava em condições” de ser votada no Plenário. O impasse político que cerca o projeto tem duas origens: a oposição do Ministério da Fazenda às alterações feitas no projeto original do Executivo e a disputa entre as Regiões Sul e Sudeste e as menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Lindbergh disse que, diante de um acordo no âmbito do Confaz, o quadro poderá ser



Proposta de mudança foi aprovada em maio na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Lindbergh Farias (D)

alterado, viabilizando-se a votação final pelo Plenário.

Na terça-feira o secretário da Fazenda do Maranhão, Cláudio Trinchão, um dos responsáveis pela negociação da reforma, observou que já foram mapeados sete pontos de discordância, que serão discutidos em Brasília, nos próximos dias, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira. Trinchão participou de reunião do Confaz, em Natal, nos dias 25 e 26 de julho.

Inicialmente, o governo pretendia unificar todas as

alíquotas interestaduais em 4%, com exceção dos produtos originados da Zona Franca de Manaus (ZFM) e do gás boliviano, que continuariam com alíquota de 12%. A redução seria gradual, de um ponto percentual por ano, iniciando-se em 2014. A conclusão da reforma, quando todas as alíquotas seriam de 4%, ocorreria somente em 2025, e os estados seriam compensados pela União, ano a ano, pela redução efetivamente registrada em suas arrecadações.

No Senado, foram acrescentadas outras exceções, como os

produtos originados de áreas de livre comércio de Roraima, Rondônia, Amapá, Acre e Amazonas, que mantiveram a alíquota interestadual de 12%. Já os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que hoje praticam alíquota interestadual de 12%, não cairiam mais para 4% no fim do processo de reforma, mas para 7%.

Entre as reivindicações dos estados, disse Trinchão, está a ampliação dos recursos da União nos fundos propostos para compensar as perdas dos estados com a queda da arrecadação e para tornar os estados

pobres mais atraentes para investidores privados.

Os estados que concederam incentivos fiscais para atrair indústrias querem clareza nas regras de transição para um novo modelo. De acordo com o secretário, desejam também a “convalidação plena” do que foi pactuado com esses investidores — um projeto de lei do Executivo, que abre essa possibilidade (PLP 238/2013), tramita na Câmara.

Outros pontos de contencioso entre os estados, segundo Trinchão, são a permanência das alíquotas de 12% (para a ZFM, as áreas de livre comércio e o gás boliviano) e o ICMS sobre bens de informática (12% na ZFM e 4% nos estados do Sul). Há ainda reivindicação para incluir no fundo de compensação de perda de receitas a redução na arrecadação que alguns estados terão com a mudança no ICMS das vendas pela internet, prevista em proposta (PEC 103/2011) aprovada no Senado e em tramitação na Câmara.

Trinchão acredita que “os problemas estão mapeados”. Segundo ele, agora “é só negociar ponto a ponto”.



Nova programação TV Senado

- Notícias
- Atividade legislativa
- Cultura
- História

Programação variada e uma cobertura ainda mais dedicada a mostrar o trabalho dos senadores nas sessões plenárias, nos debates das comissões e em audiências públicas.



Transparência que você vê

Secs | Criação e Marketing